DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM BASE ECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE, PARANÁ

CHALLENGES AND POTENTIALITIES IN ECOLOGICALLY BASED FOOD PRODUCTION IN THE MUNICIPALITY OF JARDIM ALEGRE, PARANÁ, BRAZIL

André Luiz Lazzarin[1], Alessandro Santos da Rocha[2] Dimas Soares Junior[3], Giovanna Gomes Previdelo[4]

[1]Engenheiro Agrônomo. Mestre em Agroecologia. Coordenador Técnico da Cooperativa de Comercialização Camponesa Vale do Ivaí (COCAVI)
cabeloandreluiz@gmail.com
[2]Historiador e Pedagogo. Doutor em Educação. Professor do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Cianorte (DPD/CRC/UEM)
asrocha2@uem.br
[3]Engenheiro Agrônomo. Doutor em Agronomia. Pesquisador da Área Técnica de Socioeconomia do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR – EMATER (IDR-Paraná)
dimasjr@idr.pr.gov.br
[4]Cientista Social. Universidade Estadual de Londrina / Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR – EMATER (IDR-Paraná)
giprevidello@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): **04 - Questão ambiental, Agroecologia e sustentabilidade**

Resumo
Este artigo tem por objetivo identificar e estudar os fatores que influenciam na produção de alimentos em base ecológica do município de Jardim Alegre, Paraná, destacando os desafios e potencialidades presentes. Apresenta na revisão bibliográfica, uma ampliação das definições de Agricultura Familiar, na perspectiva legal; Agroecologia multidimensional, como necessária para distinção entre essa a a *ecotecnocracia*, ou "recauchutagem" da modernização conservadora; transição agroecológica dentro, mas principalmente fora do sistema produtivo, como projeto político da sociedade; e desenvolvimento territorial e territorialidade, destacando a conotação psicológica de pertencimento ou exclusão de um território, recuperando ainda a história da microterritorialidade, ou territorialidade legitimadora do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Assentamento 8 de Abril no município de Jardim Alegre/PR. A pesquisa documental com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território Vale do Ivaí (2010) e os Planos de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre (1996, 1998, 2014, 2017 e 2019), garantiram um resgate das políticas públicas para a agricultura propostas no período de análise. A caracterização do Território Vale do Ivaí, do município de Jardim Alegre e do Assentamento 8 de Abril, apresentam o cenário social e histórico necessários para compreensão da veracidade das potencialidades e desafios da Agroecologia no município de Jardim Alegre. Complementarmente, questionários aplicados junto às lideranças rurais e agricultores agroecologistas trazem a percepção dos atores quanto aos fenômenos estudados. Em conclusão, constata se que as potencialidades presentes no município são abundantes, em relação aos desafios a serem superados para o desenvolvimento da produção de alimentos em base ecológica.
Palavras-chave: Agroecologia, assentamento da reforma agrária, desenvolvimento rural sustentável, políticas públicas, Território Vale do Ivaí.

Abstract
This article aims to identify and study the factors that influence the production of food on an ecological basis in the municipality of Jardim Alegre, Paraná, highlighting the challenges and potentialities present. It presents in the bibliographic review, an expansion of the definitions of Family Farming, in the legal perspective; multidimensional agroecology, as necessary to distinguish between it and ecotechnocracy, or "retreading" of conservative modernization; agroecological transition within, but mainly outside, the productive system, as a political project of society; and territorial development and territoriality, highlighting the psychological connotation of belonging or exclusion from a territory, still recovering the history of microterritoriality, or legitimizing territoriality of the MST – Landless Rural Workers Movement, in the 8 de Abril settlement in the municipality of Jardim Alegre/PR . The documentary research with the Sustainable Development Plan of the Vale do Ivaí Territory (2010), and the Rural Development Plans of Jardim Alegre (1996, 1998, 2014, 2017 and 2019), ensured a rescue of the public policies for agriculture proposed in the analysis period. The characterization of the Vale do Ivaí Territory, the municipality of Jardim Alegre and the 8 de Abril settlement, present the social and historical scenario necessary to understand the veracity of the potentialities and challenges of agroecology in Jardim Alegre. Complementarily, questionnaires applied to the leaders and agroecologists bring the perception of the actors regarding the studied phenomena. In conclusion, it appears that the potentialities present in the municipality are abundant, in relation to the challenges to be overcome for the development of food production on an ecological basis.
Key words*: agroecology, land reform settlements, sustainable rural development, public policies, Vale do Ivaí Territory.*

1. Introdução

A agricultura mundial convive com o paradigma da sustentabilidade desde que a Conferência Mundial das Nações Unidas de 1972 o trouxe à tona, paradigma o qual, retomado nas Conferências seguintes de 1982 e 1992, tornou-se incontestável. Ficou evidenciado que o modelo tecnológico utilizado não somente na agricultura se tornara uma ameaça à vida no planeta, com a extinção de espécies, a destruição da camada de ozônio, os efeitos deletérios da radiação atômica e o efeito estufa.

Na agricultura, a indústria química introduziu os adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, e juntamente com a mecanização agrícola e a seleção de variedades mais produtivas consolidaram, em grande parte dos países industrializados, o modelo convencional de produção. As grandes mudanças observadas eram tidas como consequência natural do progresso, porém as consequências logo tornaram-se evidentes e foram listadas na ordem da escala mundial, tanto pelo viés ambientalista, quanto social, quando o aumento da produção não resultava em alento à crise de alimentos no planeta.

Nesta ordem, a leitura do modelo tecnológico se fazia mais complexa, abordando os crescimentos urbanos desenfreados e suas contradições catastróficas até hoje. As mudanças radicais dos hábitos alimentares, pela introdução de variedades pouco adaptadas às condições de cultivos, resolveram os problemas e estoques de alguns países, enquanto outros se tornavam dependentes. Na agricultura brasileira e sua condição histórica de ser rebocada por um projeto de serviço de produção de matéria prima à países desenvolvidos, não houve mudança significativa desde a exploração do ouro e pau-brasil, seguido dos ciclos agrícolas, findando, em última versão, com a predominância da soja.

A agricultura familiar manteve durante todo esse período destaque no papel de produção da maior parte dos alimentos da mesa da população brasileira. Em números atuais esta fração da sociedade agrícola continua sendo a responsável pela maior parte dos alimentos dos brasileiros. Neste contexto de importância da agricultura familiar é que se faz necessário destacar o estudo das condições de desenvolvimento da produção em base ecológica de alimentos, no que se refere tanto aos aspectos tecnológicos, de manejos ecologicamente sustentáveis, quanto ao contexto social necessários à sua consolidação como modelo de produção.

A unidade básica de um sistema agrícola é familiar devido a constituir-se no centro de controle de decisões. Portanto, a conversão para um sistema de produção em base ecológica deve ter essa unidade familiar como medida e dinâmica de manejo. Ao contrário do modelo da Revolução Verde, cujo enfoque está nos agricultores com maiores recursos, a Agroecologia concentra-se nos pequenos agricultores a fim de iniciar estratégias para o desenvolvimento rural sustentável (ALTIERI, 2004).

A demanda da sociedade por alimentos integrais, diversos e nutricionalmente mais completos torna evidente os malefícios da redução das variedades e homogeneização dos alimentos que incontestavelmente são frutos de sistemas convencionais de produção. Os agricultores estão sendo convocados à atender essa demanda, porém, dispondo de pouquíssimas condições de apoio no que se refere à orientação técnica ou mesmo às condições de logística de mercado, as unidades familiares que se lançam no desenvolvimento de sistemas em bases ecológicas de produção de alimentos não são capazes de influenciar, por si, o contexto no qual se inserem, ao ponto de introduzir uma mudança de referência no modelo produtivo, mais abrangente. Esse papel cabe ao conjunto da sociedade, por meio de sua valorização, destaque, empoderamento e incentivo.

Nessa perspectiva, o presente estudo pretende identificar e caracterizar os fatores que limitam ou promovem a produção em base ecológica no município de Jardim Alegre, estado do Paraná, apresentando assim o processo atual de desenvolvimento da Agroecologia municipal, buscando desse modo contribuir para a constituição de políticas para a sua promoção. Para tanto, são três as questões elencadas como referência da pesquisa: i. qual a condição atual da produção em base ecológica em Jardim Alegre? ii. quais as características das políticas públicas para a Agroecologia existentes no município e no Território Vale do Ivaí? e iii. qual a percepção de lideranças rurais e agricultores agroecologistas de Jardim Alegre acerca das políticas de apoio disponíveis à Agroecologia?

Desse modo, o presente artigo se organiza em seis tópicos além dessa Introdução. Apresenta na sequência o referencial teórico utilizado, organizado em temas como agricultura familiar, agroecologia, transição agroecológica e desenvolvimento territorial e territorialidades. Na terceira seção são trazidas informações fundamentais acerca do território, do município e do assentamento rural no qual o trabalho se insere, apresentando-se a seguir os materiais e métodos utilizados na pesquisa e os seus principais resultados, organizados em três blocos, quais sejam a análise documental e as análises acerca das percepções dos papeis das instituições e organizações e das políticas públicas presentes no desenvolvimento da Agroecologia no município na visão dos principais atores, concluindo-se o artigo com as considerações finais pertinentes e as referências da literatura utilizada no trabalho.

2. Referencial Teórico

2.1. Agricultura familiar

No Brasil, a Lei da Agricultura Familiar 11.326 de julho de 2006 determinou os requisitos que normatizam os segmentos de agricultor familiar e empreendedor familiar rural, estabelecendo os seguintes requisitos a serem atendidos simultaneamente: a) não possuir, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente a mão de obra da família; c) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento[1]; e d) ser o responsável pela direção do estabelecimento (BRASIL, 2006). Essa definição estava no contexto da operacionalização

[1] Esse critério é produto de modificação proposta pela lei nº 12.512, de 2011 (BRASIL, 2011).

de políticas públicas, em especial o PRONAF, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Na academia, diversos autores como Navarro (2013), Campos (2013), Ploeg (2008), Guzmán e Molina (2005), Lamarche (1998) e Wanderley (1997) ainda hoje contrapõem-se a respeito dos conceitos que definem essa categoria: camponês, agricultor familiar, pequeno agricultor, empreendedor familiar rural e agricultor moderno, entre outros.

Para a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, em 2014, por ocasião do ano internacional da agricultura familiar, a definição de agricultura familiar foi "[...] um meio de organizar a produção da agricultura, da silvicultura, da pesca, dos rebanhos e da aquicultura, a qual é gerida e operada por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, incluindo mulheres e homens".

Para esse texto, o destaque é dado por Wanderley (1997), para o qual a agricultura familiar é:

> [...] um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e se reproduz nas sociedades modernas, necessitando adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, o que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais, transformando-a no chamado agricultor familiar moderno, sem que isso represente no entanto, uma ruptura total e definitiva com as formas "anteriores", gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1997, p.4).

2.2. Agroecologia

Na abordagem científica da Agroecologia, a mesma é uma nova epistemologia da ciência, uma reação à crise da ciência convencional, cujas características atomista, mecânica e universal cumpriram seu papel na ruptura para o iluminismo, deixando para trás a crença como única explicação dos fenômenos naturais e sociológicos e os limites e as contradições gerados pelo desenvolvimento da ciência convencional, por exemplo, a existência da fome ao mesmo tempo que a produção de alimentos já é suficiente para alimentar toda população mundial; a concentração de riqueza e miséria, que tornaram-se evidentes a ponto que a necessidade de uma nova epistemologia da ciência foi imperativo.

Assim, a **diversidade ecológica**, cuja humanidade agora é parte da teia (o que lhe permite se perceber como frágil, impotente diante dos demais elementos da natureza, mas não alienada, mas não passiva diante de um poder central) e o respeito à **diversidade sociocultural**, com a superação do racismo, por exemplo, exigiram a fundamentação do conhecimento científico sob bases do conhecimento holístico e sistêmico a partir da cultura local.

O termo Agroecologia está no dicionário de língua portuguesa como "a ecologia dos sistemas agrícolas". Pode-se interpretar que consiste no meio natural de qualquer forma de produção agrícola, sendo essa ideia um limite literal evidente e compreensível em se tratando de um termo recente, porém, é indispensável que se adicione à definição o caráter humano, como "uma área do conhecimento social, culturalmente construída" (EMBRAPA, 2006).

Autores como Miguel Altieri, Stephen Gliessman e Eduardo Sevilla Guzmán foram responsáveis pela evolução do conceito de agroeocologia, com a consistência e sentido dentro da cultura contemporânea.

Três referências podem ser listadas para apresentar o objeto de estudo desses autores: i. o próprio funcionamento de ecossistemas naturais (na busca do conhecimento da dinâmica do equilíbrio ecológico); ii. o manejo tradicional e indígena dos agroecossistemas (na busca das razões de modelos estáveis); e iii. o conhecimento científico (aquele das ciências naturais e sociológicas). Em síntese, "...a Agroecologia somente pode ser entendida em sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade e justiça social" (EMBRAPA, 2006).

Portanto, a Agroecologia se concentra nas alternativas à modernização capitalista da agricultura, em especial a ideia de maximizar os rendimentos dos cultivos isolados, sem relacioná-los com seus efeitos ambientais, sociais e políticos.

Dessa forma, como afirma Caporal e Costabeber (2002), o entendimento do termo Agroecologia exige obrigatoriamente relacioná-lo simultaneamente à suas seis dimensões, quais sejam: **ecológica, social, econômica, política, cultural e ética**. Assim, por seu caráter multidimensional, a Agroecologia não pode ser confundida com a minimização do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na produção de alimentos ou a substituição dessa tecnologia tóxica por insumos orgânicos a fim de incorporar o Selo de Orgânico e incrementar preço aos produtos para aumentar o rendimento financeiro. Esse alerta foi destacado por Caporal e Costabeber (2004) quando afirmam que:

> [...] estilos de agricultura que estão surgindo a partir das orientações emanadas das correntes da "Intensificação Verde" (...) cuja tendência, marcadamente ecotecnocrática, tem sido a incorporação parcial de elementos de carácter ambientalista ou conservacionista nas práticas agrícolas convencionais (*greening process*), o que se constitui numa vã tentativa de *recauchutagem* do modelo da revolução verde. (p.8)

Esse comportamento é bastante comum entre profissionais da Agronomia, que, sem entender o novo paradigma em que se alicerça a Agroecologia, na hipótese menos crítica, aventuram-se com a escolha de uma atuação manca, por vezes, até especializando-se em um segmento como a ecologização do mercado de alimentos orgânicos, o que inclui o mercado de insumos, ou a academia.

Dessa forma, a todo desenvolvimento agroecológico pretendido exige-se a distinção clara entre a "recauchutagem", a ecotecnocrácia, e o desenvolvimento sustentável, sob a luz de todas as dimensões agroecológicas.

A Agroecologia postula um desenvolvimento endógeno a partir do local, em que os conhecimentos dos sistemas de cultivo são passados oralmente de uma geração a outra. Assim, o agricultor é ativo na ação de testar e manter técnicas de manejo do seu cultivo. Ele é o sujeito do processo, não objeto de estudo.

O desenvolvimento endógeno, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, também abrange uma análise dos conhecimentos a nível de comunidade local e suas estruturas sociais que reforçam ou repelem a cultura originária. Outro nível é o da sociedade local que, assim como no nível anterior, é importante identificar qual papel cumpre em relação às estruturas sociais, para enfim interpretar a sociedade mais ampla. Para todos esses níveis, é necessário perceber o agricultor como ator e sujeito ativo da manutenção de sua cultura na perspectiva do desenvolvimento endógeno participativo.

2.3. A Transição Agroecológica

A transição agroecológica corresponde a uma gradual transformação das bases produtivas e sociais da agricultura. Dois níveis enquadram-se nesse conceito: dentro e fora do sistema produtivo.

A descrição do conteúdo da transição dentro do sistema produtivo é o mais difundido entre os profissionais da extensão rural ou de projetos de desenvolvimento agroecológico, pois descreve as etapas a percorrer em uma trajetória de transformação dos agroecossistemas, sendo elas a redução e racionalização do uso de insumos químicos; a substituição de insumos; e o manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos.

Contudo, neste texto, o destaque é dado à definição de transição externa ao sistema produtivo, que implica identificar na comunidade local, na sociedade local e na sociedade mais ampla as mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável com princípios agroecológicos.

No *Marco Referencial da Agroecologia* (EMBRAPA, 2006), esse item está assim descrito: “expansão da consciência pública, organização dos mercados e infraestruturas, mudanças institucionais (pesquisa, ensino e extensão) e formulação de políticas públicas integradas e sistêmicas sob controle social, geradas a partir de organizações sociais conscientes e propositivas”.

Percebe-se, dessa forma, que o desenvolvimento agroecológico implica em passar por uma atitude do conjunto da sociedade. Trata-se de um desenvolvimento social, uma perspectiva almejada pela sociedade, incidindo assim na atitude dos habitantes da cidade e do campo.

Questões como a articulação do acesso aos alimentos agroecológicos, as mudanças institucionais requeridas para a promoção da Agroecologia, a educação de crianças, jovens, consumidores, políticos e professores no tema, a criação e fortalecimento de organizações, não somente de agricultores, para serem os protagonistas desse processo estão contidas no contexto de transição agroecológica.

2.4. Desenvolvimento Territorial e Territorialidade

O conceito de território é amplo e aceita uma grande diversidade de desdobramentos. Neste estudo, destacamos sua origem da palavra terra, *territorium*, do latim, que remete a pertencimento ou não a uma jurisdição político administrativa, confundida com o direito de [a]terrorizar (DENEZ, C.C. apud HAESBAERT, 2004b). O termo território tem então uma conotação física e psicológica, um sentimento de pertencimento ou de exclusão à cultura territorial.

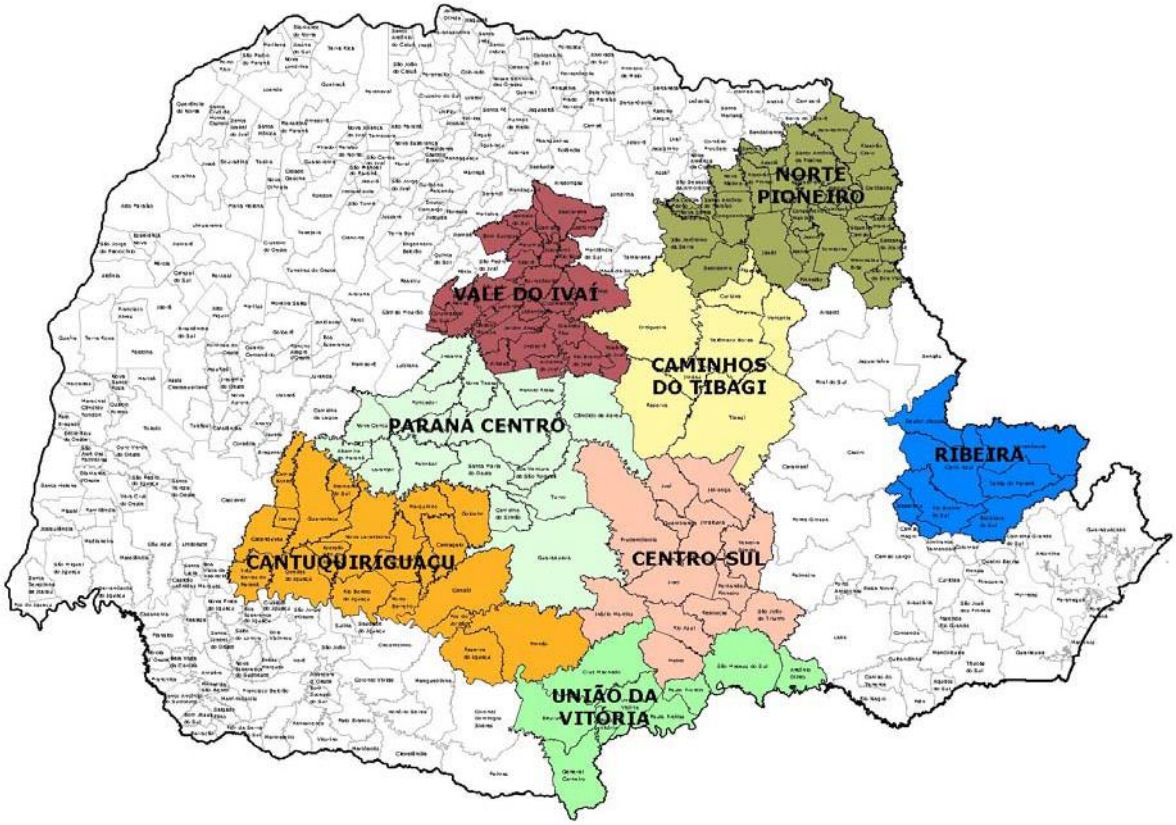
Denez (2012), citando Castells (2008), apresenta que “a macroterritorialidade ou territorialidade legitimadora como aquela introduzida pelas instituições dominantes no intuito de expandir e racionalizar sua dominação”. Em contrapartida, o autor também apresenta “a microterritorialidade ou territorialidade de resistência como àquela criada por atores que se encontram em condição desvalorizada pela lógica da dominação”. Desse modo, a homogeneização da agricultura capitalista no campo está para a territorialidade legitimadora assim como a agricultura de base ecológica está para a territorialidade de resistência ou microterritorialidade.

3. O Território, o Município e o Assentamento

Ao longo da década de 2000, a formação de Territórios foi estimulada por políticas públicas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, seguido dos Ministérios Federais da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Pesca.

O Território do Vale do Ivaí foi constituído nesse contexto, sendo composto por 28 municípios[2], sendo um dos três Territórios paranaenses priorizados também no projeto inclusão social e desenvolvimento rural sustentável do Estado (Figura 1).

Figura 1 – Territórios priorizados no projeto inclusão social e desenvolvimento rural sustentável do Governo do Estado do Paraná.



Fonte: Extraído de IPARDES (2007, p.8).

O município de Jardim Alegre, localizado na Macrorregião Norte Central do Paraná, tem um grau de urbanização de 58,19%, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010. O município apresenta, segundo o IBGE (2003), um índice de pobreza de 38,73 com índice de Gini[3] de 0,38,

No município, foi implantado em 2004 um assentamento de reforma agrária com 555 famílias - o Assentamento Oito de Abril – com 13.788 hectares destinados à produção familiar. Como consequência do processo que instalou o assentamento, o movimento social de origem (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) continua tomando iniciativas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Entre elas, a fundação da Associação Construindo o Caminho na Reforma Agrária – ACCRA (2007) e da Cooperativa de Comercialização Camponesa Vale do Ivaí – COCAVI (2009), que, entre outros setores,

[2]Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí.

[3]O Índice de Gini expressa o grau de desigualdade de distribuição de renda de uma dada população sendo expresso entre zero e um, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

organizou um setor de Agroecologia a fim de ser um apoio no projeto da produção em base ecológica de alimentos do assentamento.

Quando houve a implantação de um assentamento em seu território, o município de Jardim Alegre, não obteve por parte do órgão competente da Política Nacional de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nenhum projeto de desenvolvimento do assentamento, quiçá um projeto de desenvolvimentos sustentável. Dessa forma, a população, tanto assentada quanto já residente no município, vem buscando por si só sua sobrevivência e sua integração.

Acredita-se que essa realidade não seja exceção e sim a regra para a maioria dos municípios que recebem um assentamento de reforma agrária, por tratar-se de uma política caracterizada mais pela amenização de conflito social do que por uma reforma agrária. Assim, um estudo dirigido para a identificação dos elementos a serem observados em municípios com características comuns, com ou sem assentamentos e entre suas populações rurais, tende a ser um referencial àqueles que buscam o desenvolvimento sustentável para o campo, assim como para pequenos municípios.

Diferentes frações sociais devem intervir no ritmo de desenvolvimento de sistemas de produção de alimentos em base ecológica. Essa intervenção dá-se na medida em que a sociedade identifica que pode ter opção pelo tipo de alimento a ser consumido.

No contexto atual, há diversas iniciativas de difusão e fortalecimento do sistema de produção de alimentos em base ecológica realizadas pelos assentados, entre as quais: i) presença de um grupo de agricultores da Rede Ecovida de Agroecologia; ii) projeto de Circuito Curto de Comercialização de alimentos em base ecológica, junto ao Instituto Federal de Educação (IFPR) de Ivaiporã e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR)[4]; iii) comercialização de frutas, legumes, hortaliças via PNAE/SEED-PR; iv) incorporação de quadros técnicos com formação profissional destacadamente vinculada à promoção da Agroecologia; v) agroindústria de alimentos com processamento mínimo inauguradas em 2020 e contemplada com financiamento ProRural/SEAB-PR; vi) agroindústria de transformação de alimento inaugurada em 2020 e construída com recursos próprios, instalada na Comunidade Central do Assentamento Oito de Abril; e vii) fomento financeiro pelo Programa COOPERA PARANÁ, da SEAB-PR, sendo um projeto da COCAVI e um projeto da ACCRA.

A agroindústria de processamento mínimo de alimentos da COCAVI está instalada em endereço urbano como forma de envolver os demais agricultores familiares do município e da região. Esse contexto coloca o projeto de Agroecologia com contornos externos ao assentamento, sendo no mínimo de dimensão municipal.

4. Material e Métodos

Investigar as potencialidades e os desafios do desenvolvimento da Agroecologia neste recorte social exige que se investigue o percurso de significação[5] que o conceito de Agroecologia está fazendo entre os atores principais da agricultura do município. Que

[4] Desde 31/12/2018, o Instituto EMATER passou a designar-se Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR – EMATER (IDR-Paraná), sendo a Instituição resultante do processo de incorporação entre o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), a EMATER-PR, a Companhia de Desenvolvimento Rural do Paraná (CODAPAR) e o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA).

[5] Esta expressão diz respeito às diferentes motivações que cada indivíduo vivencia e o motiva a conceber o significado de um conceito. Por exemplo: Agroecologia para um camponês pode ter um significado ligado à saúde enquanto para um consumidor pode estar ligado ao custo alto do alimento.

significado esse termo tem hoje? Qual motivação levará essas pessoas a apreender outra concepção, mais ampla ou mais completa do mesmo?

Desse modo, os principais atores sociais presentes no contexto estudado foram considerados conforme dois grupos distintos, quais sejam os agricultores com práticas agroecológicas e os profissionais e lideranças da agricultura com atuação municipal.

Para investigar a **percepção dos agricultores** com práticas agroeocológicas a respeito da Agroecologia, foram aplicados pelo autor **nove questionários semiestruturados**. Todos os agricultores entrevistados são do município de Jardim Alegre, assentados ou agricultores familiares tradicionais.

Nesta pesquisa aceita-se a interpretação que Agricultores com alguma prática agroecológica em sua vida, seja uma expressão produtiva, ecológica, social, econômica, política ou ética. No município de Jardim Alegre é comum uma família camponesa exercer manejo de uma porção, um talhão, do agroecossistema com uma tecnologia autônoma, com seus recursos técnicos, como tração animal, trator, semente própria, enxadas, manejo de pasto com choque; e em outra porção, outra parte do agroecossistema, com uma tecnologia totalmente mecanizada, invariavelmente com tecnologia convencional, com produção de grãos. No primeiro talhão se maneja os sistemas de cultivo e de criação de forma tradicional, reproduzindo uma cultura geracional, que aqui denominaremos produção em base ecológica, mesmo que isso não leve a família a se envolver com a produção certificada de alimentos orgânicos.

Já entre os **profissionais e lideranças** da área da agricultura foram aplicados pelo autor, **dez questionários semiestruturados**, com informantes qualificados das principais instituições e organizações atuantes no município, como Secretaria Municipal de Agricultura; EMATER/PR, Cooperativa de Agricultores, Associação de Agricultores, Escolas, MST e empresário do setor.

Foram requeridas as opiniões dos entrevistados de ambos os grupos acerca das instituições e organizações importantes para o desenvolvimento da Agroecologia no município, considerando dois cenários distintos, atual e futuro. Nesse sentido, foi apresentada uma questão fechada relacionando as instituições e organizações presentes em Jardim Alegre, das quais se solicitou a análise acerca do grau de importância para o desenvolvimento da Agroecologia no município com a atribuição das notas 1 (um) para muito importante à 9 (nove) para pouco importante:

i. Associação de Agricultores;
ii. Comércio local;
iii. Cooperativa de Agricultores;
iv. EMATER/PR - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural;
v. Escolas;
vi. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
vii. PMJA – Prefeitura Municipal de Jardim Alegre;
viii. SEAB – Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento do Paraná; e
ix. STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Complementarmente, para aferição da importância das políticas públicas para o desenvolvimento da Agroecologia segundo a interpretação dos dois grupos consultados e considerando os cenários atual e futuro, foi elaborada uma questão fechada relacionando uma série de políticas das quais se solicitou a análise acerca do grau de importância para o desenvolvimento da Agroecologia no município, com a atribuição das notas 1 (um) para muito importante à 12 (doze) para pouco importante:

i. Apoio aos agricultores na fase de transição;
ii. Aquisição direta pelo governo do estado de produtos para merenda escolar (PNAE);

iii. Aquisição direta pelo governo federal de produtos dos agricultores (PAA);
iv. Aquisição direta pelo município de produtos dos agricultores;
v. Assistência técnica
vi. Campanhas de consumo de alimentos "limpos";
vii. Capacitação de agricultores;
viii. Capacitação de técnicos;
ix. Melhoria nas condições de saúde e educação no campo;
x. Programa de desenvolvimento da cadeia produtiva;
xi. Promoção de feiras livres ou outras formas de comercialização direta produtor - consumidor; e
xii. Realização de eventos de promoção da agroecologia.

Essas alternativas estão entre as principais políticas públicas que expressam as diretrizes do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO.

> [...] fortalecer as redes de produção de base agroecológica e orgânica, aumentar a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com foco em práticas agroecológicas, ampliar o acesso à água e a semente, fortalecer as compras governamentais de produtos, ampliar o acesso dos consumidores a alimentação saudável, sem uso de agrotóxicos ou transgênicos na produção agrícola, fortalecendo, assim, economicamente as famílias agricultoras (PLANAPO, 2016).

Para ambas as questões, os resultados foram submetidos à análise estatística descritiva.

Complementarmente, a pesquisa se valeu também da análise documental, utilizando para tanto o "Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ivaí", documento elaborado em 2009 e 2010, cuja implementação é coordenada pelo *Grupo Gestor do Território do Vale do Ivaí*. O documento fundamenta-se em um diagnóstico socioeconômico do Território, elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (IPARDES, 2007). Por fim, foram utilizados também os Planos de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre dos anos de 1996, 1998, 2014, 2017 e 2019, documentos elaborados no âmbito dos trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre.

5. Desafios e Potencialidades para a Agroecologia no município de Jardim Alegre

5.1 Análise documental

No município de Jardim Alegre, com o início do acampamento à margem da PR 466 em 1996, está cravada uma história de luta pela terra organizada pelo MST, que culminou na desapropriação, em 2004, da "Fazenda Sete Mil", de 13.788 hectares, onde foram assentadas 555 famílias, uma população de quase 3.000 pessoas. No enquadramento conceitual da territorialidade, desde oito de abril de 1997, dia da ocupação da fazenda, constituiu-se o marco de uma territorialidade de resistência à propriedade privada e à exclusão da terra, imbuídos de não pertencimento à cultura legitimadora da propriedade privada latifundiária.

Desde então, outras formas de expressão da microterrialidade foram se consolidando, como o projeto de educação das escolas do assentamento e o cooperativismo agrário, que organizou a produção dos assentados.

O cooperativismo já presente na forma de organização do acampamento sob princípios de autogestão, a partir de 2009 concretiza-se na Cooperativa de Comercialização Camponesa

Vale do Ivaí Ltda, que estatutariamente determina a Agroecologia como forma de resistência e superação da identidade cultural do campesinato.

"Agroecologia" é um termo novo, um conceito constituído recentemente no contexto contra hegemônico da modernização da agricultura e da ciência. Sua difusão e apreensão no município de Jardim Alegre e no Vale do Ivaí passam por um processo dinâmico e dialético de acúmulo de experiências.

As experiências presentes em Jardim Alegre somam singularmente para esse acúmulo. Diversas características do município expressam potencialidades, para o curso de desenvolvimento da Agroecologia em seu território, entre eles:

- Grau de urbanização (58,19%), ainda restrito quando comparado ao padrão estadual;
- População do campo, organizada em pelo menos vinte e duas comunidades e um movimento social do campo (MST);
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural com grande participação, responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural do município;
- Atuação, no município, do MST no desenvolvimento da Agroecologia;
- Atuação da cooperativa de agricultores - COCAVI e da associação de agricultores – ACCRA.
- Presença da Rede Ecovida de Agroecologia;
- Área de ação do Instituto Federal do Paraná, área de Agroecologia;
- Área de abrangência da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com atuação do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia (PROFAGROEC).
- Presença de três Escolas Estaduais do Campo, no município.

Chama a atenção, sob a luz dessa pesquisa, que as propostas e ações voltadas a Agroecologia, podem ter relação com o modelo de desenvolvimento rural atual, caracterizando assim um caráter ambientalista, ou conservacionista no mesmo modelo de desenvolvimento. A distinção somente é percebida sob a interpretação multidimensional da Agroecologia.

A interpretação das proposições descritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ivaí, do ano de 2010, com atenção à concepção de Agroecologia permite afirmar que a Agroecologia não é considerada no seu sentido pleno, multidimensional.

A presença de agroecologistas com certificação de origem orgânica em seus alimentos, no município, como: feijão, arroz, milho, mandioca, batatas, diversas frutas e hortaliças, tomate e soja, expressam que já é percorrida, entre estes, uma jornada em busca de um outro significado para sua produção e suas vidas.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e os Planos de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre, representam a existência de uma estrutura social participativa, reforçando aspectos de ordem política da dimensão da Agroecologia.

Assim, os planos de desenvolvimento trazem em distintos momentos históricos, características que demonstram ampla ou restrita concepção do significado de desenvolvimento rural. Por fim, é possível afirmar que sob a interpretação das dimensões da Agroecologia, os Planos de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre não apresentam uma concepção ampla da Agroecologia como referência. Contudo, apresentam evidentes avanços na direção de uma interpretação ampla da vida no campo.

Aspecto que se destaca nos planos municipais de desenvolvimento rural de Jardim Alegre é a repetição sistemática de propostas para melhoria das condições de produção e de vida rural, indicando uma possível distância entre o almejado e o executado, como gestão de projeto político municipal para a agricultura.

Essa construção social envolveu diferentes atores, instituições e organizações, amparadas, ou não, por políticas públicas de diferentes naturezas, as quais cabe agora analisar segundo os critérios já enunciados.

5.2 Envolvimento das Diferentes Instituições e Organizações

Os Quadros a seguir apresentam a síntese acerca da importância atribuída às diferentes organizações e instituições no desenvolvimento da Agroecologia no município de Jardim Alegre, na percepção de Agricultores Agroecologistas e Lideranças locais, nos cenários atual (Quadro 1) e futuro (Quadro 2):

Quadro 1 – Síntese da percepção sobre a **importância das Instituições e Organizações** no desenvolvimento da Agroecologia no município de Jardim Alegre, no **cenário atual**, por ambas as categorias de entrevistados.

Instituições / Organizações	Importância Atual			
	Agroecologistas		Lideranças	
	Moda	Mediana	Moda	Mediana
Associação de Agricultores	9,0	5,0	3,0	3,0
Comércio local	9,0	9,0	9,0	8,5
Cooperativa de Agricultores	1,0	1,0	1,0	1,5
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR)	9,0	5,0	5,0	5,0
Escolas	9,0	7,0	7,0	6,5
MST	2,0	3,0	2,0	2,0
Prefeitura Municipal de Jardim Alegre	9,0	6,0	6,0	6,5
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná	9,0	9,0	4,0	5,0
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre	9,0	9,0	9,0	9,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em síntese, para o cenário atual, se observa que ambas as categorias elegem as instituições ligadas ao Assentamento como protagonistas do desenvolvimento da Agroecologia no município. Demonstrando, assim que as iniciativas das instituições do Assentamento são percebidas pelo conjunto dos sujeitos ligados a agricultura no município. Também afirma que, estas instituições estão isoladas, quanto ao desenvolvimento da Agroecologia, na interpretação dos agroecologistas; já as lideranças percebem que a SEAB-PR e o Instituto EMATER seguem em quarto e quinta colocação no grau de importância.

No cenário futuro, os agroecologistas elegem a PMJA, a Cooperativa de Agricultores e o Instituto EMATER como as instituições com importância para o desenvolvimento da Agroecologia no município, enquanto as lideranças destacam apenas a PMJA e o Instituto EMATER.

Essa diferença observada entre a importância atual e futura pode ser atribuída a uma interpretação de que algumas entidades são consideradas capazes de assumir protagonismo no desenvolvimento da Agroecologia no futuro, ou mesmo devem assumi-lo, na percepção dos sujeitos do setor no município.

Quadro 2 – Síntese da percepção sobre a **importância das Instituições e Organizações** no desenvolvimento da Agroecologia no município de Jardim Alegre, no **cenário futuro**, por ambas as categorias de entrevistados.

Instituições / Organizações	Importância Futura			
	Agroecologistas		Lideranças	
	Moda	Mediana	Moda	Mediana
Associação de Agricultores	5,0	5,5	6,0	5,5
Comércio local	9,0	8,5	9,0	8,5
Cooperativa de Agricultores	1,0	4,0	5,0	4,0
Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR)	2,0	2,5	1,0	2,5
Escolas	8,0	6,5	8,0	6,5
MST	9,0	7,0	9,0	7,0
Prefeitura Municipal de Jardim Alegre	1,0	2,0	1,0	2,0
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná	3,0	3,0	3,0	3,0
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre	9,0	8,5	9,0	8,5

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise aponta também que as instituições mais atuantes no desenvolvimento da Agroecologia no município são: 1. Cooperativa de agricultores; 2. Associação de produtores; e 3. MST, corroborando, portanto, a interpretação de protagonismo de MST na defesa e consolidação da identidade camponesa e agroecológica no município.

5.3 Importância das Políticas Públicas

Os Quadros a seguir apresentam a síntese acerca da importância atribuída às diferentes políticas públicas no desenvolvimento da Agroecologia no município de Jardim Alegre, por Agricultores Agroecologistas e Lideranças locais, nos cenários atual (Quadro 3) e futuro (Quadro 4).

Em síntese se observa que para o cenário atual, os agroecologistas elegem a aquisição direta pelo Governo do Estado de produtos para merenda escolar (PNAE) e o apoio aos agricultores na fase de transição, como as políticas públicas de maior importância.

Entre as lideranças, apenas a aquisição direta pelo governo do estado de produtos para merenda escolar (PNAE), recebeu atribuição de importância no desenvolvimento da Agroecologia no município, no cenário atual.

Para o cenário futuro, os agroecologistas elegem a capacitação de agricultores, como política pública de importância para o desenvolvimento da Agroecologia, enquanto as lideranças destacam o apoio aos agricultores na fase de transição e a aquisição direta pelo governo do estado de produtos para merenda escolar (PNAE), seguida de aquisição direta pelo município de produtos dos agricultores.

Quadro 3 – Síntese da percepção sobre a **importância das Políticas Públicas** no desenvolvimento da Agroecologia no município de Jardim Alegre, no **cenário atual**, por ambas as categorias de entrevistados.

Políticas Públicas	Importância Atual			
	Agroecologistas		Lideranças	
	Moda	Mediana	Moda	Mediana
Apoio aos agricultores na fase de transição	2,0	5,0	12,0	9,5
Aquisição direta pelo governo do estado de produtos para merenda escolar (PNAE)	1,0	1,0	1,0	2,0
Aquisição direta pelo governo federal de produtos dos agricultores (PAA)	12,0	12,0	12,0	12,0
Aquisição direta pelo município de produtos dos agricultores	4,0	4,0	12,0	6,5
Assistência técnica	12,0	6,0	4,0	4,5
Campanhas de consumo de alimentos "limpos"	12,0	12,0	12,0	12,0
Capacitação de agricultores	4,0	4,0	7,0	6,0
Capacitação de técnicos	12,0	12,0	12,0	10,0
Melhoria nas condições de saúde e educação no campo	12,0	11,0	12,0	11,5
Programa de desenvolvimento da cadeia produtiva	12,0	12,0	12,0	7,0
Promoção de feiras livres ou outras formas de comercialização direta produtor – consumidor	12,0	12,0	12,0	12,0
Realização de eventos de promoção da agroecologia	12,0	12,0	12,0	12,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 4 – Síntese da percepção sobre a **importância das Políticas Públicas** no desenvolvimento da Agroecologia no município de Jardim Alegre, no **cenário futuro**, por ambas as categorias de entrevistados.

Políticas Públicas	Importância Futura			
	Agroecologistas		Lideranças	
	Moda	Mediana	Moda	Mediana
Apoio aos agricultores na fase de transição	6,0	5,0	2,0	5,0
Aquisição direta pelo governo do estado de produtos para merenda escolar (PNAE)	5,0	5,0	2,0	5,0
Aquisição direta pelo governo federal de produtos dos agricultores (PAA)	5,0	8,5	11,0	8,5
Aquisição direta pelo município de produtos dos agricultores	4,0	4,0	3,0	4,0
Assistência técnica	4,0	4,5	6,0	4,5
Campanhas de consumo de alimentos "limpos"	12,0	8,5	12,0	8,5
Capacitação de agricultores	1,0	4,0	4,0	4,0
Capacitação de técnicos	10,0	6,5	4,0	6,5
Melhoria nas condições de saúde e educação no campo	3,0	8,5	10,0	8,5
Programa de desenvolvimento da cadeia produtiva	9,0	7,0	9,0	7,0
Promoção de feiras livres ou outras formas de comercialização direta produtor – consumidor.	11,0	9,0	10,0	9,0
Realização de eventos de promoção da agroecologia	11,0	10,5	11,0	10,5

Fonte: Dados da pesquisa.

6. Considerações Finais

A ampliação da concepção de Agroecologia como guisa para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo, no campo e na cidade, principalmente no que tange sua distinção com o caráter ambientalista do atual modelo modernizante da agricultura ainda representa um dos grandes desafios para o desenvolvimento da Agroecologia no município

A instituição de um projeto social municipal voltado à Transição Agroecológica, principalmente fora dos sistemas produtivos, envolvendo o conjunto da sociedade seria um instrumento importante para o percurso de significação da Agroecologia entre os agricultores e consumidores, ressaltando o entendimento que diferentes são as motivações, para o engajamento ao projeto de desenvolvimento da Agroecologia, destacando-se: saúde, meio ambiente, individualidade, organização comunitária e consciência. Estes são os temas fundamentais para um projeto de conscientização e ampliação do conceito de Agroecologia.

Faz se necessário também um maior engajamento das demais instituições ligadas ao campo no desenvolvimento da Agroecologia no município, principalmente aquelas que agroecologistas e lideranças, lhes atribuem valor de capacidade, quais sejam a Prefeitura Municipal e o Instituto EMATER.

A efetivação, no município, de uma maior número de políticas públicas que desenvolvem a Agroecologia é urgente, uma vez que tanto Agroecologistas, quanto Lideranças, atribuíram importância mínima, no cenário atual, respectivamente para oito e nove entre as 12 políticas públicas relacionadas.

Os aspectos econômicos da agricultura do município apontam para o desafio de mudanças nos sistemas produtivos para aqueles mais rentáveis, em diversos aspectos, inclusive econômicos. Desse modo, definitivamente, o desenvolvimento da Agroecologia em Jardim Alegre não se dará apenas através de esforços imediatos, os quais não deixam de ser fundamentais, mas principalmente através de esforços contínuos, ao longo da história, uma vez que a Agroecologia (pode se dizer, tal qual a vida) ganha o seu significado no percurso. Ou como nas palavras de um camponês amigo, Carlos Finkler, *"não se trata de um voo de galinha e sim de um voo de águia".*

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. 4.ed.

BRASIL, Lei No. 11.326, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em 03 dez. 2019

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia**.*in* Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. Alguns conceitos e princípios. Brasília, 2004.

DENEZ, C. C. **Os conceitos de Macro & Microterritorialidade: Uma análise dos processos relacionais no Assentamento 8 de Abril - Jardim Alegre/PR.** Revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-22, ago., 2012.

Diário Oficial da União, Brasília 23 de dezembro de 2003.

EMBRAPA – Grupo de Trabalho em Agroecologia. **Marco Referencial em Agroecologia.** 2006.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2009. 654p.

GUZMÁN, E. S. **A perspectiva sociológica em Agroecologia:uma sistematização de seus métodos e técnicas.** II Seminário Internacional sobre Agroecologia. Porto Alegre, 2001. Guzmán. E. S. La Agroecología como estratégia metodológica de transformación social. Paper, Universidade de Córdoba, Espanha.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**, adaptado de Ética Ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidade contra el neoliberalismo y la globalización económica. Sevilla Guzmán, E., ISEC - Universidad de Córdoba, Espanha, 1999, 30p. (mimeo), por Caporal. F.R.

IPARDES. **Os vários Paranás: As espacialidades socioeconômico institucionais no período 2003-2015.** Curitiba, IPARDES 2017**.** www.ipardes.gov.br

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre, 1996, Prefeitura Municipal de Jardim Alegre.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre, 1998, Prefeitura Municipal de Jardim Alegre.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território Vale do Ivaí, 2009. Conselho Gestor do Território do Vale do Ivaí.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre, 2014, Prefeitura Municipal de Jardim Alegre.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre, 2017. Jardim Alegre, Prefeitura Municipal de Jardim Alegre.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Jardim Alegre, 2019. Jardim Alegre, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, 2016. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf. <Acesso em 11 abr. 2023.>

WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ARVALHO, H.M. (org.). **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005, p. 23-46.